

Senadores já eleitos participam

O presidente José Sarney revelou, ontem, ao senador Luis Viana Filho que estará assegurada a participação dos senadores eleitos em 1982 (um terço) na futura Constituinte, através da emenda constitucional que enviará ao Congresso na próxima sexta-feira, depois de assinar a mensagem na presença dos presidentes e líderes de partidos.

A proposta de emenda constitucional a ser enviada pelo Presidente da República dirá que o Congresso a se instalar a 1º de fevereiro terá poderes constituintes. Como o terço de senadores eleito a 15 de novembro de 1982 integra o Congresso, eles passam automaticamente a fazer parte da Constituinte.

TODOS NO PACTO

O Presidente reafirmou sua convicção de que o Governo só terá condições de vencer a grave crise econômico-financeira e, ao mesmo tempo, completar o processo de redemocratização do País se contar com o apoio de todas as forças políticas e sociais importantes na sociedade brasileira.

— O presidente Sarney — disse Luis Viana — quer o apoio de todos os partidos, que se mostrem naturalmente interessados em participar do pacto destinado a vencer a crise e consolidar o processo de normalização democrática.

O senador não sabe como se

processaria esse entendimento, mas tem a impressão de que ele incluirá, naturalmente, pelo menos no âmbito político-partidário, alguma forma de participação dos demais partidos — que não o PMDB e o PFL — na máquina governamental. “Acordo político inclui necessariamente participação no Governo”, disse.

O parlamentar baiano concorda em que não é bom para o Presidente da República reconhecer que o Governo está fraco em face da instabilidade de sua base parlamentar. E lembrou que, aos tempos da República Velha, J. J. Seabra, ex-ministro da Justiça e Constituinte em 1934, costumava dizer que o político pode apanhar, mas não deve reconhecer que apanha para não ficar fraco aos olhos do povo.

Quanto aos senadores eleitos em 1982, havia uma intensa discussão no meio político sobre se deveriam integrar a Constituinte de forma automática, receberiam delegação expressa do eleitorado nacional em 1986, junto com os constituintes ou fariam parte de uma comissão que trataria apenas da legislação ordinária.

Prevaleceu, assim, a tese de que eles integrarão automaticamente a Assembléia Nacional Constituinte, nos termos da emenda a ser proposta ao Congresso pelo Presidente da República.